

NORMA E CONDESCENDÊNCIA; CIÊNCIA E PUREZA

Emilio Gozze Pagotto

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Resumo: A língua portuguesa no Brasil apresenta, em sua historicidade, uma relação de confronto com a língua de nossos colonizadores, relação esta que produziu efeitos no estabelecimento da norma culta e gerou uma discrepância entre o português escrito e o falado no Brasil. Este ensaio procura mostrar, por meio da análise de diferentes textos em que se põe a questão da língua nacional, a inscrição do processo de implantação da norma culta no projeto político de nação das elites brasileiras, centrando a atenção sobre papel exercido pela literatura e pelo discurso científico.

Abstract: The history of Brazilian Portuguese presents a relation of confrontation with the language of our settlers, a relation which has produced effects in the establishment of the standard language and has generated a discrepancy between written and oral Portuguese in Brazil. This essay seeks to show, by means of an analysis of different texts in which the question of the national language is posed, the inscription of the Brazilian elites, focusing on the role played by literature and scientific discourse.

1. Introdução

UMA DAS linhas mais proíficas dos estudos lingüísticos no Brasil nos últimos anos tem sido aquela que investiga a sintaxe do Português do Brasil, bem como o processo de mudança que a ela teria dado origem, buscan-

do estabelecer como se situa tal sintaxe no quadro das demais línguas românicas. Como não poderia deixar de ser, grande parte dos esforços é dedicada a mostrar o contraste entre o português do Brasil e o português de Portugal. Igualmente, as mudanças havidas no português de Portugal também têm sido objeto de análise, não somente a passagem do português medieval para o português clássico, mas também a passagem deste para o português europeu moderno. Temos, assim, um quadro de estudos em que o português de Portugal e o português do Brasil seguem trilhas diferentes no caminho da mudança lingüística, alargando ainda mais o fosso das diferenças.

Os resultados desses trabalhos nos levam imediatamente às grandes polêmicas que se travaram no século XIX e na primeira metade deste século - especialmente nas décadas de 30 e 40 - acerca da possível existência de uma "língua brasileira". Ainda que tais pesquisas não estejam interessadas em discutir este lado mais espinhoso da questão - evitando-se em geral o termo **língua** para designar o português do Brasil - é possível derivar deles algumas hipóteses interessantes e voltar às velhas discussões por um novo ângulo. Não se trata, adiante de antemão, de alimentar a velha polêmica, porém muito mais propriamente, de nos alimentarmos dela.

A partir das análises do português do Brasil, mais e mais se constata a distância entre as formas usuais no nosso vernáculo e o português exigido na escrita e prescrito nos manuais de gramática. Na relação do sujeito com a língua, a diversidade é normalmente sufocada pelo efeito simbólico que uma língua superior exerce sobre ele. As formas lingüísticas da chamada norma culta estão impressas de sentidos que se ligam tanto à ancestralidade de uma cultura superior quanto à inscrição social do sujeito no domínio simbólico das diferenças. A relação com a norma culta tende para o eterno: ela é o sempre-lá, como se não tivesse origem histórica. O que se pretende argumentar neste artigo é que durante o século XIX uma nova norma culta escrita foi codificada. Considerando que o português de Portugal e o português do Brasil passaram ambos por mudanças, como se teria dado a codificação desta norma culta? Para responder a esta questão, a ênfase vai estar nos discursos que deram sustentação a esta nova codificação, procurando-se estabelecer uma relação entre ela e a constituição da nacionalidade.

O que se pretende argumentar é, basicamente, que a constituição de uma nova norma culta no Brasil foi um longo e laborioso trabalho discursivo,

executado durante anos a fio por eminentes gramáticos, jornalistas, escritores, etc, que construíram o significado que hoje atribuímos às formas da escrita. Mais ainda, que foi o discurso científico o que deu o último suporte para a manutenção da norma culta codificada na segunda metade do século XIX, superando os impasses que o discurso polêmico suscitou até os anos 40. Espero ser possível fazer perceber que o estabelecimento de uma norma culta não se dá somente por meio de associações mais ou menos explícitas com este ou aquele grupo dentro da sociedade (embora isto tenha o seu papel no jogo), nem é fruto somente do assentamento de certos usos nas camadas mais escolarizadas da população, mas é um processo que se integra historicamente ao modelo de sociedade que uma certa elite implanta, calcado na manutenção da estrutura de dominação. É esse processo que aparece materializado nos discursos de quem se debruça sobre a questão lingüística.

Em resumo, este trabalho segue mais ou menos os seguintes passos:

1) Damos uma panorâmica no século XIX, procurando observar como as mudanças em curso estavam refletidas em textos de norma culta;

2) Investigamos a hipótese de que a literatura foi, no século XIX, o grande motor da promoção de novas formas lingüísticas e o grande palco sobre o qual se construiu o discurso sobre a norma culta;

3) Trabalhamos com as correlações políticas e históricas da questão procurando mostrar que a continuação da nossa dominação lingüística por Portugal foi fruto do projeto de nação das elites do século XIX;

4) Procuramos ver, em um texto da década de 40, de que maneira os diversos discursos se entrecruzam para garantir a manutenção da norma culta.

2. O século XIX - Muda a norma

O século XIX é apontado como o período em que as grandes mudanças na sintaxe do português do Brasil se consolidaram (cf. Tarallo, 1993, dentre outros). Para observar de que maneira se comportava a norma culta do período face a tais mudanças, tomei dois diferentes exemplares do texto que costuma ser a expressão mais alta das elites de um país - o texto constitucional. No caso, a constituição do Império, de 1824, e a primeira cons-

tuição republicana, de 1892. Tais textos ainda têm a vantagem de marcar o começo e o fim do período em questão, respectivamente.

O que se constata é que os dois textos constitucionais foram escritos em gramáticas bastante diferentes uma da outra (cf. Pagotto, 1992). Da primeira, pode-se dizer que foi escrita no que ficou conhecido como português clássico; da segunda, que foi escrita no que se tem considerado como a atual norma culta do português (que, em muitos casos, se espelha em variedades modernas do português de Portugal). Inúmeras marcas gramaticais nos levam a pensar desta maneira:

1. A constituição do império é essencialmente proclítica; a constituição da república é enclítica;

2. A constituição do império apresenta quase categoricamente a forma **aonde** em contextos onde a atual norma culta prescreve **onde**, que é a forma empregada na constituição republicana;

3. A constituição do império apresenta pelo menos duas sentenças relativas cortadoras (cf. Tarallo, 1983), construção evidentemente evitada na constituição republicana;

4. A constituição do império apresenta categoricamente a construção **todo o** para a quantificação universal, ao contrário da constituição republicana, em que é usada a forma sem o artigo.

No caso dos clíticos, foi feito um pequeno estudo quantitativo sobre todos os casos constantes nos dois textos. A diferença é gritante. A constituição do império chega a apresentar casos severamente condenados pela atual norma culta, como começar a sentença pelo clítico.

As características enumeradas acima são, por um lado, encontradas em outros textos do português clássico, o que atesta o seu caráter de norma culta do período. Por outro lado, muitas delas vieram a ser consideradas no Brasil como formas populares, fora daquilo que é prescrito pela norma culta moderna.

Tais resultados nos permitem atestar o seguinte:

1. Que no decorrer do século XIX a norma culta escrita mudou radicalmente a sua face, ou seja, o século XIX representa uma mudança no modo de os sujeitos falantes encararem as formas lingüísticas que deveriam usar na escrita. Não se trata somente de formas da escrita que caem em desuso

no Brasil, sendo substituídas por formas da oralidade brasileira. Elas são substituídas por outras igualmente estranhas ao português brasileiro nosso de cada dia, que continua seguindo o seu percurso de mudanças.

2. Que, no caso do Brasil, a língua falada seguia um rumo e a língua escrita caminhava na direção diametralmente oposta. A aproximação com as mudanças em curso, na literatura, só vai se dar fortemente a partir da década de 20, já no atual século.

3. Partindo do princípio de que o português clássico era a norma em Portugal até o século XVIII, é em Portugal que se teria dado a promoção das variantes em mudança à condição de norma culta, uma vez que, no Brasil, a língua falada seguia um curso completamente diferente. Ou seja, a mudança de postura com relação às formas lingüísticas que se dá em Portugal não ocorre gratuitamente, mas é fruto da expansão das mudanças na gramática do português falado lá. Isso já tem sido atestado pelo menos com relação à posição dos clíticos pronominais (cf. Salvi, 1989 e Martins, 1994). Justamente a posição dos clíticos pronominais é que mais acentua a diferença entre as duas constituições aqui analisadas.

3. Algumas hipóteses

Podemos agora nos perguntar: por que teria havido em Portugal uma tal mudança de atitude com relação à língua falada? Teria sido somente um caso de acomodação às formas emergentes?

É bem possível que tenha ocorrido uma acomodação com relação a formas lingüísticas emergentes. Mas uma virada tão rápida pode ser creditada a um outro fator: a emergência da burguesia. Com relação à língua, isto se teria feito sentir no movimento literário do período que é o romantismo. O romantismo, como se sabe, marcou uma fase em que a literatura se popularizou. Antes restrita à nobreza, a literatura, bem como todas as formas de arte, experimenta no romantismo uma extrema popularização, abarcando um novo mercado consumidor formado pela burguesia ascendente. O artista, antes dependente de nobres mecenas, agora passa a viver da venda de sua obra. A imprensa se encarrega de difundir mais e mais os romances e a poesia. Isso significa que o escritor precisa alcançar um público maior e menos afeito às formas clássicas de expressão. É então que se dá o

alçamento das formas gramaticais emergentes à condição de poder figurar no texto escrito. O romantismo teria funcionado, assim, como o grande responsável pela mudança de postura com relação a certas formas até então “populares”. Forja-se então a atual norma culta portuguesa.

Mas se o romantismo foi um movimento literário que teve repercussões em todo o mundo ocidental, como teria sido no Brasil?

São velhas conhecidas de todos nós as querelas que envolveram José de Alencar no século XIX. Não nos interessa avaliar a gramática de José de Alencar para observar até que ponto ele introduziu ou não elementos da fala popular do Brasil. Há razões para crer que sim, mas não é esse o objetivo de nosso trabalho. O que interessa é que ele se insere no programa geral do romantismo, na medida em que tentou dar uma feição própria à gramática no seu texto, a qual conteria elementos próprios de falares brasileiros, tanto no léxico quanto na gramática. Igualmente conteria formas de estruturação textual típicas da oralidade, como aponta Lajolo (1996), relacionando essas marcas à formação do leitor brasileiro. Mais do que avaliar até que ponto Alencar assim procedeu (mais à frente comentaremos o estudo de Gladstone Chaves de Melo a esse respeito), o que interessa é a repercussão que sua obra causou e os debates que suscitou.

Assim, se o romantismo foi bem sucedido em Portugal no sentido de dar à língua literária e, portanto, à norma culta, novas feições, aproximando-a das mudanças em curso no português de lá, é de estranhar que não o tenha sido aqui. Por que, apesar dos esforços de Alencar de trazer para a escrita os reflexos das mudanças em andamento no Brasil, terminamos o século XIX com uma norma culta ainda mais distante do português brasileiro e extremamente próxima do português europeu moderno?

Como se sabe, as elites coloniais do Brasil, após a vinda do rei D. João VI, não tinham mais tanta preocupação com a independência, noutras palavras, não precisavam mais da independência política. O próprio Varnhagen localiza a nossa independência na vinda da família real para o Brasil e na conseqüente abertura do Brasil para o comércio internacional. É somente quando a corte em Portugal faz movimentos no sentido de recolocar o Brasil na situação de colônia - portanto, sem as liberdades de comércio implantadas - é que as elites se movem no sentido de promover e sustentar a independência.

Mas qual era o projeto político destas elites para o Brasil independen-

te?

O historiador Antonio Gil (1994), argumenta, a partir do trabalho de Marienstras (1976), que, na América Latina, teríamos tido o mesmo processo de formação do Estado e da nacionalidade que tiveram os Estados Unidos, *“onde os pais fundadores assumem um projeto de nação onde a exclusão de uma grande parcela da população é posta em andamento e uma pequena minoria assume a liderança do processo, privilegiando os grandes proprietários. A nacionalidade é estruturada a partir de um duplo enfoque: a nação é vista como criação, através da ruptura com o passado colonial; e ao mesmo tempo se procura uma unidade cultural com o passado colonial que os aproxime da civilização européia.”* (Gil, 19944)

Sendo assim, é preciso, continua o referido autor, que as elites construam uma certa homogeneidade cultural que *“permita criar uma imagem social que dava aos colonos latino-americanos, à elite política mais precisamente, uma certa coesão”* (idem:4).

É na obra de Varnhagen, ainda segundo o mesmo historiador, que vamos encontrar corporificado o projeto político de nação e Estado das nossas elites:

“Este projeto político tinha como algumas de suas metas: formar uma nação branca e europeizada, constituindo uma população homogeneizada culturalmente; e criar um Estado suficientemente forte e centralizado que conduziria o projeto de estruturação da nação.” (idem:5)

Ou seja, ao mesmo tempo em que é preciso romper politicamente com a Europa, é também preciso constituir uma elite à imagem e semelhança da qual a nação se construa. Assim, a aproximação com a cultura européia é uma forma de a elite se manter em oposição aos demais segmentos da população.

Podemos, então, agora, localizar a constituição da norma culta no século XIX no processo histórico e político da constituição da nação. Num período em que se estrutura o Estado, uma dada nação começa a ser construída a partir da busca de identidades. Nesta busca, a literatura desempenha um papel fundamental, pois é o que, rapidamente, pode materializar uma identidade cultural que as elites almejam. Os escritores do século XIX, especialmente na primeira metade do século, são explícitos a esse respeito. Veja-se, por exemplo, o discurso de Gonçalves de Magalhães em

que ele procura traçar onde deveríamos procurar as raízes da nossa literatura e, portanto, da nossa identidade cultural.

Da mesma forma que com relação à língua, é antiga a discussão em torno da constituição da literatura brasileira. Especialmente no século XIX, a afirmação de uma literatura brasileira, independente da portuguesa, era um dos pontos fundamentais para a constituição do Brasil como nação. Afirmar uma literatura brasileira era afirmar uma nação com autonomia; para afirmar uma literatura brasileira, independente da portuguesa, era preciso afirmar uma identidade cultural própria (cf. Weber, 1997). É óbvio que todo esse processo tem como pano de fundo o projeto de nação das nossas elites, e se aplicamos a hipótese de Gil (1994) ao caso da literatura, vamos encontrar manifesto aí um dos lados do paradoxo, ou seja, a formação de uma identidade cultural. Mas não sem conflitos.

É exatamente a questão lingüística que vai emergir em José de Alencar: teria o Brasil, ou deveria ter uma “língua própria” para a expressão de sua literatura? O debate que é travado tem o resultado que já sabemos. O movimento pendular das nossas elites tende, agora, para o lado europeu e terminamos o século XIX com a norma culta mais européia do que nunca.

O que chama a atenção no caso do Brasil é que todo um arsenal discursivo é acionado no sentido de “construir” a norma culta à imagem e semelhança do português de Portugal (Pedro Nava, em *Chão de Ferro*, registra um professor pernambucano que empregava inclusive o sotaque lusitano *pois só ele fazia valer a música das palavras, das sílabas, de cada letra*). O que espanta mais é o fato de que não se tratava de um retorno ao passado, de uma busca às raízes da nossa língua e de construir a norma culta a partir disso (pode-se dizer que um dos poucos que assim procedeu foi José de Alencar, o qual, muito mais do que somente retratar o português falado no Brasil, procurou forjar uma norma culta a partir dos textos clássicos da língua). O modelo de norma é justamente a norma culta portuguesa moderna.

No campo dos discursos sobre a literatura, a língua é, por fim, declarada território neutro, ou seja, passou a ser considerada um veículo neutro sobre o qual a literatura construiria sua identidade com base na cor local, em aspectos típicos da paisagem, em personagens típicos (cf. Weber, 1997). Cabe então perguntar: por que a língua culta assumiu a face do português europeu moderno? Porque teria sido um dos mecanismos pelos quais as

nossas elites poderiam se afirmar em oposição a uma maioria da população. Afirmar o português do Brasil como gramática possível na língua escrita equivalia a nivelar por baixo, mesmo que uma série de traços da gramática já fizessem parte da fala daqueles que os queriam negar. Como o acesso a esta norma culta se daria somente a partir de rigorosa educação, estava garantido o processo de exclusão. Guimarães (1996), na sua periodização sobre os estudos gramaticais no Brasil, localiza nesse período (o segundo período em sua classificação) uma onda de purismo que varreu o país. Segundo ele, os períodos seguintes vão se caracterizar, sobretudo, por um abrandamento nesse purismo e por um crescente aumento nos estudos sobre a especificidade do português do Brasil. Aqui se coloca mais uma questão importante: esse crescente interesse pelo português do Brasil não reverteu a prática lingüística prescritiva, na direção tomada a partir da segunda metade do século XIX. O abrandamento da polêmica tornou possível sair de um debate entre tudo ou nada (língua brasileira/escrever como se fala **versus** não aos ignorantes/Portugal e Brasil unidos pela mesma língua), para uma acomodação dos fatos: há o Brasil e sua especificidade mas **há** uma norma culta escrita. Esta já está dada, não se constrói, já é “clássica”, já é o “nosso passado”. Assim, o acirramento da polêmica na segunda metade do século XIX e começos do XX foi o gesto necessário para a codificação da norma culta, ou seja, para a fundação de uma certa relação com um certo conjunto de formas lingüísticas, em detrimento de outras. A manutenção dessas formas se deu, posteriormente, por outros meios, não sendo mais necessário recorrer ao discurso polêmico; ao contrário, o discurso científico foi que emprestou o seu verniz para a manutenção das formas estabelecidas.

4. Do polêmico para o científico - a sustentação do efeito simbólico

Até agora, fizemos uma série de correlações históricas e políticas que colocam a manutenção da moderna norma culta de Portugal como a norma culta do Brasil. Deixamos entrever que a construção desta norma culta se fez por meio de todo um arsenal discursivo que tomava como ponto de partida os textos literários e que se distribui em discursos de diversas naturezas: discurso político, discurso científico, discurso nacionalista, etc.

Sabemos que após a polêmica de José de Alencar, só no modernismo é

que vamos encontrar uma ruptura do binômio norma culta/literatura, com a introdução de formas populares brasileiras no texto literário (antes de ser uma valorização das formas brasileiras, o que há sobretudo é um efeito paródico, quase anedótico deste português brasileiro). Se o modernismo de 22 separa a língua da literatura, os anos trinta e quarenta vão assistir a um acirrado debate em torno da questão da língua nacional, muito em função das ideologias totalitaristas em voga no Estado brasileiro. Evidentemente, a crise política que descambou na revolução de trinta e o período Vargas trazem embutido um abalo nas estruturas sociais e políticas e vão exigir uma acomodação nas relações de poder. É sintomático que exatamente neste período a questão lingüística volte à tona, com novos debates em torno da questão da “língua brasileira”, sem que se desfaça a relação estabelecida entre um certo conjunto de formas.

Há uma série de discursos que se apropriam da norma culta. A mim me interessa aqui ressaltar o discurso científico. Guimarães (1996), ao estabelecer uma periodização para o desenvolvimento dos estudos gramaticais no Brasil, localiza uma “dominância não militante” no seu terceiro período, que vai da década de trinta até o começo da década de sessenta. Nesse período, segundo ele:

“...cresce e passa a predominar a produção com aporte teórico-metodológico bem definido. Isso leva a uma queda da disputa pelo purismo, pelo classicismo da língua escrita. Ao mesmo tempo a questão da unidade da língua do Brasil e de Portugal se repõe em outros termos, a partir das posições teóricas e metodológicas em prática, não desaparecendo no entanto.” (Guimarães, 1996:137)

O mesmo autor lembra também o documento “Denominação do Idioma Nacional”, parecer encaminhado à Assembléia Nacional Constituinte, que chega à conclusão de que “*o idioma nacional do Brasil é a Língua Portuguesa*”:

O que gostaria de demonstrar é que o discurso científico acabou sendo o que mais contribuiu para a manutenção da norma purista, tal como configurada no final do século XIX - aquela ainda constante de nossas gramáticas escolares, aquela que ainda pauta os exames de língua portuguesa, aquela que reaparece, nos últimos tempos, comentada, defendida em colunas de jornal e programas de TV específicos. Foi o aporte teórico da Lingüística - ressignificado ou não - que acabou reforçando a sua posição. Para tanto,

gostaria de lançar mão de um texto específico, o de Gladstone Chaves de Melo que se intitula “Alencar e a Língua Brasileira”. Se tomo este é porque, em primeiro lugar, foi escrito em uma época em que os debates já se vão esfriando - a década de 40 (cito a reedição de 1972, publicação do Conselho Federal de Cultura, o que demonstra a perenidade do texto); em segundo lugar, porque é um texto que relê Alencar, portanto o começo da polêmica e, em terceiro lugar, porque reflete nitidamente o projeto de construção de nação das nossas elites, na sua ambigüidade paradoxal, como já frisamos. Por fim, como veremos, traz um discurso científico que se autoproclama neutro, o qual é, penso eu, aquele mais adequado ao fim a que se propõe, aquele que, com mais eficácia, realiza o trabalho necessário à manutenção dos projeto de nação das elites. Nesse texto, poderemos ver a passagem do discurso polêmico, que caracterizou o período anterior, para o discurso científico, que caracterizará o período seguinte, o que torna o seu exame ainda mais interessante.

4.1. Alencar e a Língua Brasileira

Pode-se dizer que o texto de Melo (1972) é um esforço de realizar três tarefas diferentes:

1. Provar a unidade lingüística entre Brasil e Portugal;
2. Provar que Alencar foi um grande estilista da norma culta;
3. Dadas as tarefas anteriores, acomodar certas peculiaridades do português escrito do Brasil.

O lugar que ele toma é o do cientista, assumindo a preocupação com a verdade, com a serenidade sem radicalismos. Observe-se que a primeira e a segunda tarefa que ele se impõe no fundo traduzem as mesmas preocupações das elites que fundaram o império, a mesma ambigüidade: garantir a unidade lingüística Brasil-Portugal é propiciar a manutenção de uma norma culta bastante distante da gramática dominada pela maioria da população brasileira. Garantir Alencar como um grande escritor - estando aí implícita a idéia de grande prosador em norma culta - é garantir a nossa identidade nacional. Para tanto, é preciso acomodar as diferenças entre o português do Brasil e o de Portugal, as mesmas que justamente motivaram os

polemistas do século XIX a denegrirem Alencar, em prol da norma culta lusitana. Essa acomodação, como veremos, só será possível por meio do discurso científico, em que se procurará assentar as diferenças em lugares devidos.

Começemos pela construção de seu arcabouço teórico. Melo (1972) invoca Saussure e o conceito de língua como sistema, em oposição à fala. A fala é o lugar onde o falante realiza o seu estilo pessoal, onde revela, portanto, sua personalidade, suas idiossincrasias, suas preferências, sua cultura, enfim. Melo argumenta, então, que Brasil e Portugal teriam o mesmo sistema, uma vez que o sistema de flexões é o mesmo, as palavras gramaticais são as mesmas - artigos, preposições, etc.; por conseguinte, Alencar não poderia ter escrito em língua brasileira porque se utiliza deste mesmo sistema que seria comum a Portugal e Brasil. O que dizer, então, das diferenças? Aqui, Melo estende a noção de fala de Saussure. Argumenta ele que, da mesma maneira que o estilo é a expressão das peculiaridades do indivíduo, poderíamos imaginar um estilo nacional que fosse um somatório dos estilos dos membros de uma nação. Dessa maneira, a alma brasileira se manifestaria não só no léxico, com a incorporação de palavras relacionadas à fauna, à flora, à cultura locais, mas também nas formas lingüísticas. A língua comportaria, desta forma, dois estilos, um português, outro brasileiro. Tomemos como exemplo o caso da posição dos pronomes oblíquos. Diz o referido autor:

“O português tem um temperamento exterior, um moi-de-surface mais ríspido, mais rude; o brasileiro o tem mais suave, mais delicado. Pois bem: o português usa o imperativo com ênclise do pronome, forma de mando, incisiva, proparoxítona: passe-me o café! ; o brasileiro usa, em caso tal, a próclise, forma antes de pedido, mais frouxa, paroxítona: me passa o café! Passe-me é ordem, me passa é pedido, já o notara João Ribeiro.”(Melo, 1972:51)

Prossigue argumentando que é justamente este estilo brasileiro *“que tem levado muitos observadores superficiais ou doutrinadores improvisados em lingüistas a falar em língua brasileira”* (idem:52)

Aqui, Gladstone Chaves de Melo, após expor seu ponto de vista científico, se coloca em um lugar acima do vulgo comum, assumindo claramente a sua posição acima do bem e do mal - científica. Realiza então a proeza que se impõe: Brasil e Portugal têm a mesma língua, que é o seu sistema

comum; por outro lado, Alencar estará plenamente justificado uma vez que escreve em estilo brasileiro, ou seja, as diferenças entre Brasil e Portugal estariam previstas na língua e seriam manifestações do jeito brasileiro de ser. A partir daí, todo o esforço de Melo (op.cit) se concentrará em provar que as “incorrecções” de Alencar se enquadrariam no que ele chama de estilo brasileiro. Nesse sentido, mais que salvar a gramática empregada por Alencar, ele tenta salvar das garras da tentação do inferno a própria pessoa de Alencar, ou seja, mostrar que Alencar sequer pensava em escrever em uma língua brasileira.

Examinemos primeiramente esta curiosa defesa do pensamento de Alencar.

4.2. Alencar não estava contaminado por pensamentos “impuros”

Embora na introdução do livro Melo afirme que é preciso separar o que Alencar pensou ou escreveu a respeito da língua do seu uso propriamente dito, nas páginas seguintes, tem a preocupação de induzir o leitor a pensar que Alencar não estaria contaminado por pensamentos “impuros”. Na perspectiva que se adotou aqui, isto se justifica pela necessidade de garantir a Alencar um lugar entre os grandes da língua. Ou seja, um pilar da afirmação da nossa nobreza lingüística (ele próprio chama Alencar de “aristocrata” da linguagem).

Quando resenha o pensamento de Alencar a propósito da questão lingüística, Melo vai se apegar com unhas e dentes à terminologia empregada pelo romancista em seus textos sobre a questão lingüística. A tentativa é mostrar que Alencar não acreditava, de fato, que pudesse haver uma língua brasileira. Mesmo quando este chega a admitir - com uma rara propriedade, aliás - que a língua no Brasil tenderá a seguir um rumo diferente, porque este é o caminho natural das línguas, Melo tenta diminuir, amenizar tal intenção.

Utiliza-se, então, de dois recursos: um é enfatizar, quando lhe convém, a terminologia empregada por Alencar. Para ele, é crucial que Alencar não tenha usado a expressão *língua brasileira*. Isto mostraria o quanto o nosso grande escritor não estaria contaminado por pensamentos impuros. O outro é atribuir a excessos de retórica ou ao desconhecimento da moderna ciência

cia da linguagem o fato de Alencar tomar certas posições extremadas (embora os textos de Alencar a respeito mostrem um relativo conhecimento das teorias evolucionistas da época). Chega a dizer que Alencar pensava exatamente como ele, Chaves de Melo:

*“(Alencar) Pressentiu um pouco confusamente que já se tinha estabelecido um estilo nacional brasileiro, a que era necessário dar consagração literária, mas desaparelhado de noções lingüísticas seguras, justifica mal sua intuição. Além disso, não tinha ele um SAUSSURE, que veio a estabelecer a distinção definitiva entre *langue* e *parole*, a qual abre caminho para o conceito de estilo nacional”* (Melo, 1972:36).

“Como foi atacado e se pôs em campo para defender-se, não tem sua linguagem a serenidade do doutrinador, que de resto ele não era em matéria lingüística: tem o calor do polemista, que aqui e ali atira fora do alvo ou fere com mais força do que devera” (idem:37)

E por que tanta preocupação? Porque Alencar estava definitivamente com o diabo no corpo. Adotando uma posição evolucionista, fala em abrasileiramento da língua portuguesa, formação de um dialeto brasileiro e chega ao ponto de preconizar a formação de uma língua diferente no Brasil:

“Acreditamos que a essa língua (a portuguesa) (...) foi destinada a servir de raiz a uma das mais belas e mais opulentas entre as línguas que dominarão a América, antes de um século” (Alencar, apud Melo, 1972:39)

4.3. A questão gramatical, o discurso científico e o discurso da condescendência

Não vou aqui resenhar todos os problemas de cunho gramatical analisados por Melo (op. cit.), nem pretendo avaliar se tinha ou não razão. Meu interesse aqui é mostrar de que maneira, ao efetuar o trabalho de salvamento de José de Alencar, Melo justifica as pretensas incorreções e de que maneira ele se trai no próprio texto, operando a manutenção da língua da elite.

Aqui, a preocupação central é mostrar que Alencar não errou. A argu-

mentação empregada por Melo consiste em :

1) Provar que Alencar não estava influenciado por “brasileirismos”. Ao fazer isso, mostrar que Alencar não estava contaminado pela impureza local. Os pretensos erros: ou seriam formas constantes em autores clássicos, ou constariam em trechos nos quais Alencar retrata situações de diálogo - isentas, portanto - ou constituiriam o estilo brasileiro o qual apenas empregaria formas variantes já previstas pela língua portuguesa;

2) Admitir alguns deslizes de Alencar - mencionando-os como prova de sua neutralidade na questão - acrescentando que são menores em sua obra.

O caso da posição dos clíticos é exemplar. Alencar afirmava sem reservas: colocava os clíticos onde mandassem os seus ouvidos. Nesse sentido, foi seguramente o campeão de “incorrecções”, o que é, a meu ver, um dos índices mais importantes para abalizar o que se está dizendo aqui. Como atualmente se sabe - e aqui me sinto meio Gladstone Chaves de Melo ao lançar mão de uma suposta neutralidade científica - as regras de colocação dos clíticos em português de Portugal são fruto de um processo de mudança que se implementou definitivamente no século XIX. Diante da inevitabilidade das diferenças - o português do Brasil difere radicalmente do europeu neste sentido - os gramáticos que se vendem como serenos sempre procuraram dizer que seria realmente um problema de eufonia, não uma diferença radical, portanto. Melo embarca nessa posição dando razão a Alencar. Para ele, só uma posição purista e reacionária, contra a qual o romancista teria se revoltado, justificaria doutrinar rigidamente sobre questões como essas.

Cita, em seu trabalho, a regulamentação de Sousa da Silveira, científica e bastante condescendente, que prega uma certa liberdade na posição dos pronomes oblíquos. De fato, Sousa da Silveira se apresenta bastante equilibrado:

“A respeito da colocação dos pronomes pessoais átonos evite-se estreiteza de visão.” (Sousa da Silveira apud Melo, 1972:103)

para logo adiante revelar que as coisas não são bem assim:

“Recomende-se que, na língua propriamente literária, não se comece o período por variação pronominal átona, mas tolere-se o fato no diálogo

familiar e na correspondência pessoal íntima” (idem, ibidem.)

ou ainda:

“Não se pense, porém, em liberdade absoluta de colocação do pronome átono. Há tendências respeitáveis, que a leitura dos bons autores ensinará...” (idem:ibidem)

Entramos na faceta mais delicada da observação. Chamo a atenção para o fato de que o que se está argumentando aqui é que a manutenção da norma culta no Brasil, da forma como se deu, atendeu a um projeto específico de nação preconizado pelas nossas elites que pressupunha, ao mesmo tempo, a constituição de uma identidade nacional e a manutenção das diferenças. É nesse terreno movediço que se moveriam os nossos gramáticos, realizando um trabalho discursivo em que tal projeto se materializasse. O discurso legislador operou o seu trabalho por anos a fio e, a partir da enunciação de cunho nacionalista, travestiu-se de discurso científico. Aqui, então, temos em jogo uma arma poderosa, o discurso da ciência, prenhe de serenidade, objetividade e complacência, pronto a pôr uma pá de cal sobre a polêmica questão. O que temos acima é o legislador complacente porque sua posição científica permite que se diga - também há liberdade no uso lingüístico. Mais ainda, ao enunciar uma recomendação a partir deste lugar, dobra a sua autoridade de pai, porque não é o pai mesquinho, incompreensivo, mas um pai sereno e dono da verdade, que observou cuidadosamente a questão e pode, por fim, legislar o melhor. Foi este discurso, penso eu, o que mais força teve no processo de manutenção do movimento das elites do século XIX, porque o seu poder de persuasão não está na imposição da lei, mas na objetividade científica a partir da qual a lei é enunciada.

Mas a serenidade às vezes se trai. Gladstone Chaves de Melo se trai. Quando comenta a liberdade que Alencar cultivou com relação aos pronomes pessoais átonos, elogia a sua sagacidade ao enunciar a liberdade da sintaxe. Porém, logo em seguida, acrescenta, irado:

“Não se trata, é claro, de liberdade absoluta e caótica, não se trata de sinal verde para os ignorantes e solecistas profissionais, semi-analfabetos de pai e mãe: trata-se, isto sim, de liberdade estilística, consagrada por dois mestres do tope de Said Ali e Sousa da Silveira” (Melo, op. cit.:140).

Essa ira, que revela o ideal purista, pondo-o a nu, repete a mesma atitu-

de extremada de Pinheiro Chagas contra Alencar. A língua brasileira estava enterrada. Obviamente, após todo o trabalho de construção da norma culta no Brasil, é fácil provar a unidade lingüística Brasil-Portugal. É que, tendo sido constituída, passa de efeito de discurso a fato.

Guimarães (1996) destaca o último período dos estudos gramaticais no Brasil como completamente dominado pela lingüística contemporânea, caminhando em quadros teóricos que vão do estruturalismo à análise do discurso francesa, produção capitaneada especialmente pelos cursos de pós-graduação. Mais e mais, a especificidade do português do Brasil é objeto de análise, percebendo-se, porém, uma distância muito grande das polêmicas em torno de uma possível “língua brasileira”. É nas gramáticas escolares, então, que a norma culta, tal como codificada, encontra sua reprodução, reafirmação e difusão, tendo sido acompanhada, nos últimos tempos, por colunas em jornais e programas de TV. Percebemos aqui um descompasso enorme entre essa produção científica e os efeitos sobre a norma culta propriamente dita. É que são terrenos separados, uma dicotomia instaurada sobre um estado de fato: escreve-se em um português e fala-se em outro. Vivemos assim, e tudo bem.

Mais recentemente, começam a surgir gramáticas que procuram incorporar na descrição do português essa tradição mais recente da lingüística contemporânea, buscando atualizar a descrição gramatical, a fim de romper com uma tradição “pré-científica” das gramáticas tradicionais. Se em Melo ainda encontramos a transição entre o discurso polêmico para um discurso científico, apelando-se para um Saussure torcido a fim de justificar a posição ideológica, atualmente estamos completamente distantes do discurso polêmico. O discurso científico já é suficiente para justificar a manutenção da norma culta.

Tomemos, a título de exemplo, a Gramática descritiva do português, de Mario Perini. As gramáticas colocadas no mercado, mais recentemente, tendo mais ou menos influência da lingüística moderna, vão usar a mesma retórica para justificar a manutenção da norma culta. Perini (1995) lança mão de uma certa sociolingüística para justificar a norma culta. Diz ele:

“É importante assinalar que cada variedade tem seu conjunto de situações específicas e em geral não pode ser substituída por outras sem provocar estranheza ou mesmo destruir a possibilidade de comunicação. Imagine-se, por exemplo, a situação em que uma pessoa escreve um compên-

dió de economia e utiliza uma linguagem próxima da coloquial:

A gente já falou aqui que pra agricultura desenvolver direito ela precisa mesmo ter uma porção de gente pra trabalhar no campo - quer dizer, aqui no Brasil, que não tem muita maquinaria agrícola, o trabalho tem que ser feito é na unha mesmo.

O texto vai chocar os leitores. Mesmo que o autor tenha uma mensagem inteligente a dar, é possível que ela fique perdida para muitas pessoas, simplesmente porque o compêndio não se adequa às convenções lingüísticas vigentes.

Por outro lado, a variedade padrão tampouco pode ser utilizada em qualquer situação. Digamos que alguém chegue para seus amigos na mesa do bar e diga, textualmente, o seguinte:

Amigos, sugiro que discutamos hoje a sensacional vitória do nosso clube na última partida, disputada no Mineirão, e que lhe atribuamos todo o mérito de que intimamente o sabemos credor.

A mensagem será interpretada como uma brincadeira. Mas se a pessoa insistir em continuar falando dessa maneira (ou pior, se resolver falar assim a vida toda) vai acabar sendo excluída da maioria de seus círculos de amizade. Ainda aqui, trata-se de simples convenção social, mas as convenções sociais são muito poderosas.” (Perini, 1995:25,26 - grifos nossos)

A citação é propositadamente longa, porque transcreve o argumento central da justificativa científica que garante a manutenção da norma culta escrita. O gesto aqui é o de, partindo de um quadro já dado - a norma culta já constituída - igualar contextos de uso que não se igualam de fato. Enquanto no bar se pode pensar numa inadequação no uso de certas formas lingüísticas (já sob o efeito do imaginário, que a elas atribui um certo significado social), no tratado de economia está em jogo a autoridade de quem fala. Ou seja, “por acaso” o uso da norma culta é requerido nas situações em que o poder está em jogo: no despacho do juiz, no texto constitucional, no trabalho acadêmico, no pronunciamento do presidente da república. As situações descritas por Perini (op. cit.) não são intercambiáveis. O discurso científico opera a partir de uma certa Sociolingüística, anulando as posições de poder, tomando no mesmo nível descritivo correlações entre língua e relações sociais que têm origens diversas. É mais ou menos o mesmo discurso que Pasquale Neto tem adotado nos seus programas de televisão e

colunas de jornal: uma condescendência com as situações informais e a criação artística e mão-de-ferro nas situações de poder.

Assim, por mais que se pesquise a especificidade do português do Brasil, isto não abala a manutenção da norma culta, tal como está codificada, porque, no mais das vezes, a pesquisa sobre a especificidade do português do Brasil tem como pressuposto uma certa visão de linguagem - mesmo no caso da Sociolingüística - em que as relações de poder estão anuladas. Está vedada a transposição dos resultados dessas pesquisas para a relação que os sujeitos falantes estabelecem com a norma culta escrita, tal como está codificada. Ela foi codificada na distância e na distância permanece. Se o discurso polêmico do século XIX colocou os valores sociais para as formas lingüísticas em tensão, o discurso científico, posterior, opera sobre um conjunto de formas cuja historicidade está apagada. Não surpreende, assim, que, neste fim de século, estejam pipocando em diversos veículos de mídia as notas, artigos e programas reafirmando a norma culta tal como estabelecida no final do século XIX.

5. Palavras finais

Pudemos ver que a história da norma culta no Brasil poderia ser contada em duas grandes fases: na primeira - que vai da segunda metade do século XIX até os anos trinta - prevalece o discurso polêmico, em que se desenvolve o trabalho de fixar as formas em seu funcionamento, com significado próprio. A segunda, a partir dos anos quarenta, se dá com o crescente predomínio do discurso científico, sendo que os falantes brasileiros já são sujeitos dessas formas lingüísticas. A sua manutenção se dá sem mais polêmica.

O processo de exclusão por meio da língua não se deu, no Brasil, somente a partir de uma relação mais subjetiva, mais natural das formas lingüísticas com determinados grupos dominantes, nem só pela promoção de determinadas formas pelos aparelhos ideológicos do Estado, mas contou também com um laborioso trabalho discursivo em que uma identidade com o português de Portugal foi cuidadosamente construída, sendo que este trabalho discursivo encontra sua expressão máxima no discurso científico sobre a questão. É a partir dele que se torna possível legislar a exclusão, com a condescendência e a serenidade que a eficácia desejada exige.

BIBLIOGRAFIA

- GIL, A.C. (1994) "Algumas considerações sobre os conceitos de nacionalidade, Estado e cidadania no contexto libertário da independência", Anais da 46ª Reunião da SBPC.
- GUIMARÃES, E. (1996) Sinopse dos estudos do Português no Brasil: a Gramatização Brasileira" In: E. Guimarães & E.P. Orlandi (orgs.) Língua e Cidadania - O Português no Brasil. Campinas.- SP: Pontes.
- LAJOLO, M. (1996) Oralidade, um Passaporte para a Cidadania Literária Brasileira" In: E. Guimarães & E.P. Orlandi (orgs.) Língua e Cidadania - O Português no Brasil. Campinas - SP: Pontes.
- MARTINS, A.M. (1994) Clíticos na história do Português. Lisboa, Tese de Doutorado, Universidade de Lisboa.
- MELO, G.C. de (1972) Alencar e a "Língua Brasileira", Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 3a. ed.
- MARIENSTRAS, E. (1976) Les mythes fondateurs de la nation américaine. Paris, François Maspero.
- NAVA, P. (1976) Chão de Ferro - Memórias/3. Rio de Janeiro José Olympio.
- PERINI, M. A. (1995) Gramática descritiva do português. São Paulo Ática.
- SALVI, G. (1990) "La sopravvivenza della legge di Wackernagel nei dialetti occidentali della Penisola Iberica" In: Medioevo Romano, Bologna, Società Editrice il Mulino.
- TARALLO, F. (1983) Relativization strategies in Brazilian Portuguese, University of Pennsylvania, Tese de Doutorado, 1983.
- _____. (1993) "Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além mar ao final do século XIX" In: I.ROBERTS & M.KATO (orgs.) Português brasileiro - uma viagem diacrônica, Campinas, SP: Editora da UNICAMP.
- PAGOTTO, E. (1992) "Nem a fala de todo mundo nem a língua de ninguém - um estudo das constituições brasileiras" (ms)
- WEBER, J.H. (1997) A nação e o paraíso - A construção da nacionalidade na historiografia brasileira. Florianópolis - SC: Editora da UFSC.